



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº4292/2013

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.18.000.001256/2013-77

ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

PROCURADORA DA REPÚBLICA: VIVIANE VIEIRA DE ARAÚJO

RELATOR: JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

MATÉRIA: Peças de informação instauradas a partir de notícia anônima, dando conta da ocorrência do crime previsto no art. 17 da Lei n. 10.826/2003. Venda de 'silenciador' de armas de fogo sem autorização do órgão competente. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 desta 2ª CCR). Crime de comércio ilegal de acessório de arma de fogo. Inexistência de indícios de contrabando de armas ou de lesão a bem, serviço ou interesse da União ou de quaisquer de suas entidades. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Não ocorrendo, com a infração penal, prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firma a competência da Justiça Federal, e, conseqüentemente, falece atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso. Inteligência do art. 109, inc. IV, da CF.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, HOMOLOGA O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo membro do *Parquet* Federal à fl. 12.

Devolvam-se os autos à origem com as homenagens de estilo, para remessa ao Ministério Público Estadual.

Brasília/DF, 10 de junho de 2013.

José Bonifácio Borges de Andrada

Subprocurador-Geral da República

Membro Titular – 2ª CCR

/ASAS.